



O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD) E SIGNIFICAÇÕES SOBRE O MANUAL ESCOLAR

Karina Falavinha¹

RESUMO

Este artigo trata do funcionamento do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), considerando o mesmo enquanto política educacional desde 1985, tendo como responsabilidade a produção e a circulação de livros didáticos destinados às escolas públicas brasileiras para apoiar o processo de formação dos estudantes matriculados. Nesse sentido, abordam-se aspectos históricos relevantes que antecedem e traduzem a consolidação dessa política na atualidade. O livro didático ou manual escolar, sendo parte resultante desta política, também é aqui considerado de forma a se discutir concepções relacionadas ao livro bem como a relevância deste enquanto ferramenta pedagógica. Para tanto, a discussão orienta-se a partir das ideias destacadas por Alain Choppin sobre as principais funções do livro, como também da contribuição de pesquisadores que transitam no âmbito das políticas educacionais.

Palavras-chave: livro didático, programa nacional do livro didático, política educacional.

ABSTRACT

This article deals with the functioning of the National Textbook Program (PNLD) considering it as an educational policy since 1985, with the responsibility for the production and circulation of textbooks for the Brazilian public schools to support the process of training of enrolled students. In this sense, it addresses relevant historical aspects preceding and translate the consolidation of that policy today. The didactic textbook or book, being the result of this policy is also considered here so that we discuss concepts related to the book as well as the relevance of this while teaching tool. Therefore, the discussion is guided from the ideas highlighted by Alain Choppin on major book functions, as well as the contribution of researchers who move within the educational policies.

Keywords: *textbook, national program of textbooks, educational policy*

¹ Professora do curso de Pedagogia do Centro Universitário Autônomo do Brasil (UNIBRASIL), Mestra em Educação pela UFPR, E-mail: karina_dolphin@yahoo.com.br.

1. INTRODUÇÃO

A reflexão proposta focaliza como tema o Programa Nacional do Livro Didático que objetiva a distribuição de livros didáticos às crianças e jovens matriculados no Ensino Fundamental e no Ensino Médio das escolas públicas brasileiras, bem como o manual do professor destinado aos professores. Por essa via, pode-se considerar como uma política de caráter complexo, uma vez que atinge um número considerável de crianças, possuindo um intenso e extenso poder de circulação, e, por isso, assumindo um papel semelhante a dos meios midiáticos. O livro deve ser destinado às escolas e o acesso pelos estudantes deve ser garantido pelas mesmas, uma vez que integra o direito à educação.

Entre os vários recursos pedagógicos existentes para auxiliar o professor no processo de formação dos estudantes, o livro didático encontra-se como um dos mais utilizados, senão o mais. Por isso, a relevância de estudo de tal temática².

Neste sentido, a questão que permeia a discussão, aqui, se compõe de: como se configura o funcionamento do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), responsável pela produção e distribuição de livros didáticos aos estudantes matriculados nas escolas públicas brasileiras, e se caracterizando, portanto, enquanto política educacional?

Para fundamentar a discussão, utilizou-se como metodologia a análise bibliográfica apoiando-se em considerações de estudiosos sobre o tema, em especial as de Alain Choppin³.

A produção editorial no Brasil, incluindo a de livros didáticos, enquanto pertencente a uma política, encontra-se inserida em um palco de tensões e conflitos sociais, que, portanto, podem perpassar a execução de seu processo de produção e de distribuição de livros.

No que diz respeito a este processo, pensar a consolidação de uma política sugere entendê-la que sua formação é perpassada por diferentes sujeitos, alguns que se tornam responsáveis pela sua formulação e outros pela sua implementação. O que significa dizer que no caminho traçado do início de

² A elaboração deste artigo faz parte da discussão realizada na investigação de Mestrado desenvolvida por esta pesquisadora.

³ Historiador francês e pesquisador do Instituto Nacional de Recherche, no setor de História da Educação.

uma política, em seu desenvolvimento, e, chegando ao seu objetivo, possíveis distanciamentos podem ocorrer de seu propósito inicial, bem como diferentes formatos em sua estruturação podem variar conforme o contexto e a demanda social na qual esta política se encontra inserida.

Por primeiro, o texto apresenta a organização do processo do PNLD, seguido pela análise bibliográfica sobre o mesmo e, posteriormente, com considerações sobre o livro didático.

2. O PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD): aspectos históricos

O Programa Nacional do Livro Didático é uma política educacional que se encontra ligada à Coordenação Geral dos Estudos e Avaliação de Materiais (COMDIPE) da Secretaria de Educação Básica (SEB). Tal departamento auxilia na execução e no acompanhamento do programa, como também do Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) (OLIVEIRA, 2006). É a SEB que coordena o processo de avaliação do LD e dos livros de literatura a serem distribuídos às escolas do Ensino Fundamental. Os dois programas estão vinculados ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que possui recursos provenientes do salário-educação 48 (OLIVEIRA, 2006).

Pela Lei n.º 5.537, em 21 de novembro de 1968, foi criado o FNDE, que possui o objetivo de;

[...] prover recursos e executar ações para o desenvolvimento da Educação, visando garantir educação de qualidade a todos os brasileiros. O FNDE tem como valores a transparência, a cidadania e o controle social, a inclusão social, a avaliação de resultados, e a excelência na gestão. Entre seus principais desafios estão a eficiência na arrecadação e a gestão do salário-educação (maior fonte de recursos da educação fundamental), na gestão dos programas finalísticos e nas compras governamentais, além da busca permanente de parcerias estratégicas e do fortalecimento institucional (FNDE, 2012)⁴.

No Brasil, até os anos de 1920, a educação tinha influência europeia, de forma que os LD consistiam em traduções de compêndios de autores

⁴ Segundo informações do *site* do FNDE, tal salário foi instituído em 1964, com o objetivo de financiar programas, projetos e ações educacionais voltados à educação pública básica. É uma contribuição social prevista no artigo 212 da Constituição Federal, sendo regulamentada pelas Leis n.º 9.424/96, 9.766/98, Decreto n.º 6003/2006 e Lei n.º 11.457/2007. Tal contribuição é calculada com base na alíquota de 2,5% sobre o valor total de salários pagos ou creditados pelas empresas. Os contribuintes são, em geral, empresas, entidades públicas e privadas vinculadas à Previdência Social.

portugueses e franceses e se destinavam aos filhos da elite, que possuíam acesso a escolas que empregavam tal recurso didático (FREITA; COSTA; MOTTA, 1993).

Em 1929, é criado o Instituto Nacional do Livro (INL), órgão vinculado ao MEC, que tinha como objetivo divulgar e distribuir obras de caráter educacional. É a partir de 1930 que aumenta a produção de autores brasileiros em virtude da ampliação do sistema de ensino (GATTI JUNIOR, 1998). Várias ações governamentais emergiram desse período, uma delas se deu pela elaboração da Comissão Nacional do Livro Didático, iniciada pelo Decreto n.º 1.006 de 30/12/1938, que intuía o regulamento de produção e distribuição de LD gratuitos (FREITAG; COSTA; MOTTA, 1993).

Nos anos 1960, especialmente após 1964, por conta do Regime Militar, o governo brasileiro assinou um acordo com o governo norte-americano, no sentido de subsidiar recursos à educação, e, nessa configuração, a política do Livro Didático sofre certas mudanças (SILVA, 2005). Tal acordo auxiliou a produção de Manuais Didáticos para o aumento “de programas assistenciais, com empréstimos internacionais” (SILVA, 2005, p. 88).

Gatti Junior (1998) esclarece que desse período até 1997 ocorrem modificações no LD que passa a ser produzido por meio de indústria editorial, envolvendo o trabalho de uma equipe técnica, já que, até então, a produção se dava por autoria individual e de forma artesanal.

Nos anos de 1970, expande-se o ensino público para atender as classes desfavorecidas e o livro se fortalece no âmbito da escola, tornando-se um objeto significativo para sistematização de conteúdos (GATTI JUNIOR, 1998). Para atender um número maior de alunos/as nas escolas brasileiras, torna-se necessário uma formação e preparação maior de professores/as, de forma que o livro acaba se configurando, nessa época, como suporte à metodologia de trabalho de alguns professores despreparados (FREITAG; COSTA; MOTTA, 1993).

Nos períodos de 1980 a 1990, o governo da Nova República define algumas mudanças no cenário da educação, criando programas de assistência ao estudante, como a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE), que concentraria outros programas como o Programa do Livro Didático – Ensino Fundamental (PLIDEF), e o Programa Nacional da Alimentação Escolar

(PNAE). Em 1985, a denominação PLIDEF é mudada para Programa Nacional do Livro Didático/PNLDF e ocorre a sua ampliação para as outras séries do EF (Ensino Fundamental), bem como a apreciação de propostas de participação de professores/as para a escolha dos Livros Didáticos. Nesse período ocorrem dificuldades de distribuição dos livros dentro dos prazos, bem como a indagação com relação à qualidade do material, de forma que o governo posteriormente regulamenta que os LD sejam avaliados por especialistas (FREITAG; COSTA; MOTTA, 1997).

Em 1997, a FAE é extinta e o órgão que se torna responsável pela execução do PNLD passa a ser o FNDE. De acordo com Silva, “os objetivos de universalização da distribuição de livros e a escolha destes pelo professor passaram a ser metas constantes do PNLD” (SILVA, 2005, p. 91). Também, é a partir da década de 1990 que houve um crescimento expressivo na produção de livros em geral, incluindo os didáticos. No período de 1994 a 2002, no Brasil, tais livros chegam a corresponder a 60% do total do faturamento da indústria editorial brasileira (SILVA, 2005).

Pelo Decreto n.º 91.542, foi instituído o PNLD em 1985, tendo como objetivos: auxiliar o processo de escolha dos livros pelos/as professores/as; possibilitar a reutilização do livro, até então descartável; ampliar as ofertas de livros aos/às alunos/as das escolas públicas; e a participação do governo federal com recursos. É considerado o maior programa do mundo no que se refere à distribuição de livros (BATISTA, 2003).

O funcionamento do PNLD ocorre em 12 etapas. São elas:

A primeira consiste na *adesão formal*, em que os sistemas de ensino que possuem interesse em receber o LD devem manifestá-lo. O termo deve ser encaminhado uma única vez. A adesão deve acontecer até o final do mês de maio do ano anterior em que o sistema de ensino deseja ser atendido.

A segunda etapa consiste na abertura dos *editais*, que determinam as regras para a inscrição das obras, e são publicados no *Diário Oficial da União*.

A terceira se refere à *inscrição das editoras*, etapa em que ocorre a inscrição das obras.

A quarta etapa é a *triagem*, em que ocorre a verificação das obras conforme os quesitos do Edital, e a *avaliação*, momento posterior, em que os livros escolhidos são direcionados à SEB/MEC e são analisados pela comissão

de avaliação pedagógica de livros. Essa comissão é formada por especialistas, que realizam a elaboração da resenha dos LD aprovados, que constarão posteriormente no Guia.

O processo de avaliação do LD, desde seu início, foi fundamentado por critérios de caráter conceitual, ou seja, os livros não deveriam conter erros ou induzir a erros, bem como não poderiam conter formas de preconceito, estereótipos e discriminação (BATISTA, 2003).

Na quinta etapa do PNLD, as escolas cadastradas no Censo Escolar recebem o *Guia do Livro Didático*, de forma impressa e pelo portal do FNDE. O Guia possui o objetivo de orientar a escolha dos livros por diretores/as e professores/as.

A próxima etapa se refere à *aquisição* dos livros, em que o FNDE negocia com as editoras. A aquisição é realizada por meio de licitação renunciada na Lei 8.666/93.

A nona etapa consiste na *produção* de livros, em que o FNDE finaliza o contrato com as editoras e as informa sobre a quantidade de LD a serem produzidos, bem como os locais de entrega.

A *análise de qualidade física* é a décima etapa, na qual o Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) acompanha a produção, fazendo coletas de amostras dos livros, como também analisa as características físicas deles, conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

A penúltima etapa é a *distribuição*, que ocorre através de um contrato entre o FNDE e a empresa de Correios, que realiza o transporte dos livros das editoras para as escolas. Esta etapa é acompanhada por técnicos do FNDE e pelas Secretarias Estaduais de Educação.

A última etapa é o *recebimento* dos livros pelas escolas no mês de outubro até o início do ano letivo. Conforme o *site* do FNDE, no caso das escolas rurais, os livros são entregues às Secretarias Municipais de Educação que, posteriormente, realizam a entrega dos livros didáticos aos alunos.

Não se verificou etapas posteriores quanto a controle e/ou devolução destes materiais após seu uso.

Os/as alunos/as do Ensino Fundamental recebem um exemplar de cada disciplina específica: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História, Geografia, exceto o de Língua Estrangeira, utilizado pelos/as alunos/as dos

anos finais do EF (6.^o ao 9.^o ano). Também são enviados às escolas Dicionários de Língua Portuguesa. Os livros devem ser devolvidos no final de cada ano letivo, com o intuito de serem reutilizados por outros/as alunos/as. Isso não ocorre com os livros de matemática e os de alfabetização para o 1.^o e 2.^o ano do EF. Os livros do EF são utilizados durante três anos. A compra de LD feita pelo FNDE ocorre de forma alternada, havendo no intervalo das compras reposições de livros por conta de possíveis extravios, perdas ou aumento de matrículas. Os livros consumíveis são distribuídos anualmente pelo FNDE. Abaixo, segue a tabela do FNDE até o ano de 2012⁵.

TABELA 1 - N.º de alunos beneficiados, investimento e distribuição de livros didáticos:

| Ano | Alunos/as Beneficiados/as | Investimento | Atendimento |
|------------|----------------------------------|---------------------|---|
| 2008 | 29.158.208 | 405.568.003,49 | Reposição para os/as alunos/as de 2. ^a a 8. ^a série e integral para os/as da 1. ^a série |
| 2009 | 28.968.104 | 591.408.143,68 | Atendimento para todos/as os/as alunos/as de 1. ^a a 4. ^a série e reposição para os/as de 5. ^a a 8. ^a |
| 2010 | 29.445.304 | 893.003.499,76 | Atendimento para todos/as os/as alunos/as de 6. ^o a 9. ^o ano (5. ^a a 8. ^a série), do 1. ^o ano e reposição para os/as de 2. ^o ao 5. ^o ano (1. ^a a 4. ^a série) |
| 2011 | 28.105.230 | 443.471.524,28 | Reposição para os/as alunos/as de 2. ^o ao 9. ^o ano e integral para os/as do 1. ^o ano |
| 2012 | 24.304.067 | 721.228.741,00 | Atendimento para todos/as os/as alunos/as de 1. ^o ao 5. ^o ano e reposição para os/as de 6. ^o ao 9. ^o |

FONTE: FNDE (2012)

A partir da tabela acima, se contabilizou o valor do investimento destinado aos livros didáticos do ano de 2009, para distribuição em 2010 e uso em 2010/2011/2012, para verificar o valor do custo do livro por aluno. No ano de 2009, o investimento foi de 591.408.143,68, este valor dividido pelo número de alunos beneficiados corresponde a 28.968.104, de forma que o resultado do valor unitário do material para cada aluno ficou na média de 20,41 centavos (FALAVINHA, 2013).

Pode-se considerar que o investimento do governo para a aquisição do livro é alto e o controle do atendimento para todas as séries é efetivo, bem

⁵ A tabela considera até o ano 2012, uma vez que esta investigação ocorreu em 2013.

como também é alta a quantidade estimada de alunos beneficiados. No entanto, mesmo que haja a proposição quanto ao uso do livro, isso não quer dizer que todos os alunos efetivamente se apropriem dele (FALAVINHA, 2013).

2.1. O LIVRO DIDÁTICO E SUAS FUNÇÕES

Em séculos passados, o livro didático já era entendido como um facilitador para o processo de ensino-aprendizagem à medida que possibilitava o contato com o conhecimento científico. Comenius, em sua obra denominada “Didática Magna”, que evocava uma pedagogia do “ensinar tudo a todos”, declarava a relevância, para o professor, do uso do livro como apoio no sentido de auxiliar na comunicação dos conteúdos eruditos. Comenius indicava ao professor o “livro-roteiro”, que atualmente se configura como um guia ou como o Manual do Professor.

Tratar a questão do Livro Didático nos propicia também recordar as lembranças dos tempos de infância. Consiste em imergir nas memórias flutuantes do “eu” de cada um, que pelas idas e vindas do pensamento carrega as reminiscências relacionadas ao Livro Didático, sobretudo das imagens e do uso dele em contexto escolar, como num efeito catártico. Choppin revela que esse sentido nem sempre possui um valor positivo, de modo que podem surgir menções críticas ou de más recordações, “[...] como si los libros de clase focalizaran nuestros rencores, o a la inversa, nuestros pesares” (CHOPPIN, 2000, p. 107).

Fernandes (2004) também ressalta a relevância do Livro Didático para os sujeitos em fase escolar, que, independente do fator idade, associam o material com lembranças que empregam valores comuns apreendidos na infância, desde aproximações com grupos que expressam uma identidade social, a forma como se apresenta cada texto ou, até mesmo, a lembrança de como o material se configura.

Choppin (2004, p. 553) descreve as quatro principais funções do livro didático que, para este autor, podem se modificar conforme o “ambiente sociocultural, a época, as disciplinas, os níveis de ensino, os métodos e as formas de utilização”.

A primeira é a função referencial, curricular ou programática: o Manual Didático se constitui enquanto suporte privilegiado de conteúdos educativos, conhecimentos, bem como técnicas consideradas imprescindíveis na transmissão às novas gerações.

A segunda, a função instrumental: constituiu-se como ferramenta pedagógica utilizada por professores/as e alunos/as para auxiliar a aprendizagem, de forma que propõe métodos de aprendizagem e de análise.

A terceira, função ideológica e cultural: pois o livro se tornou um dos veículos principais da língua, de valores e de cultura. Assume um papel político em virtude de contribuir para a construção da identidade de uma nação, se constituindo como um símbolo nacional, tal como a moeda e a bandeira.

A quarta e última é a função documental: o livro pode fornecer um conjunto de documentos, textos e imagens, com a função de desenvolver o senso crítico do aluno. Todavia, Choppin (2004) explicita que essa função é algo recente na literatura, e, portanto, não é universal, sendo encontrada somente em espaços pedagógicos que privilegiam a autonomia da criança e, para isso, supõe uma formação com excelência dos professores que atuam.

Retomando a função ideológica do LD, Choppin (2000), no texto denominado “Pasado y Presente de los Manuales Escolares”, postula que os Manuais são potentes meios de comunicação pelo fato de seu grande poder de difusão. Por isso, transmitem um conjunto de valores culturais e ideológicos, de forma explícita ou implícita, pois se utilizam de técnicas de manipulação que têm sido retomadas pela publicidade, uma vez que

Los manuales atraen, ante todo, la atención de los sociólogos porque, aunque los libros compartan hoy esa función con otros medios de comunicación, constituyen como hemos subrayado, potentes instrumentos de socialización y de aculturación para las jóvenes generaciones, presentando a la sociedad de hoy e intentando modelar la sociedad del mañana (CHOPPIN, 2000, p. 111⁶).

Sob essa perspectiva, pode-se refletir sobre os processos e escolhas não neutros pelos quais o livro passa até chegar às mãos de alunos e professores. Transpondo as palavras de Apple sobre o currículo para âmbito do

⁶ Os Manuais atraem principalmente a atenção de sociólogos, pois embora os livros compartilhem hoje essa função com outros meios de comunicação, são, como temos enfatizado, poderosos instrumentos de socialização e aculturação para as gerações mais jovens, caracterizando a sociedade de hoje e tentando moldar a sociedade de amanhã (CHOPPIN, 2000, tradução minha).

livro didático, as escolhas são feitas por “uma tradição seletiva, da seleção feita por alguém, da visão que algum grupo tem do que seja o conhecimento legítimo” (APPLE, 2001, p.53). Nesse sentido, para a elaboração algumas linguagens são expressas e privilegiadas em detrimento de outras, de forma que os sujeitos acabam por considerar alguns discursos e práticas ideais e naturais, numa espécie de padronização e reprodução do pensamento (FORQUIN, 1993).

Sobre a questão da seleção de conteúdos nos livros didáticos, se oferece, como exemplo, as questões referentes às relações de gênero, que, por muito tempo, não foram contempladas nos livros. Em artigo elaborado por Rosenberg, Moura e Silva (2009), denominado “Combate ao Sexismo em Livros Didáticos: Construção de sua agenda e sua crítica”, os autores inferem que, mesmo havendo a inclusão do tema na agenda de políticas educacionais por conta da mobilização dos movimentos sociais, ainda se veicula no livro uma representação feminina subalterna à masculina, ligada à função doméstica, à maternidade e com condicionamento passivo e frágil, de modo a dicotomizar e naturalizar os papéis sexuais determinados para homens e mulheres. De forma análoga, as relações entre brancos e negros apresentadas por tempos privilegiaram o/a personagem branco/a, havendo, ainda, mudanças pouco significativas quanto ao tema, conforme análises apresentadas em pesquisas recentes (SANTOS, 2012; SILVA, 2005, 2008; NASCIMENTO, 2009).

Com o objetivo de dar melhor qualidade aos livros didáticos, foi iniciado em 1996 o processo de avaliação destes, que por meio de Editais de avaliação implantados pelo Ministério da Educação (MEC) determinam certos critérios para orientar as editoras, através de fichas de avaliação referentes a conteúdos, metodologia, qualidade visual e gráfica, e critérios quanto à construção da cidadania. Apresentando, também, critérios eliminatórios que determinam a exclusão de obras, como por exemplo: a presença de preconceitos, erros de conceitos e disparidade entre a metodologia indicada pelo autor e sua efetividade no Manual do Aluno.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O propósito deste texto foi o de elucidar como ocorre o funcionamento do Programa Nacional do Livro Didático desde 1985, apresentando aspectos históricos que o antecedem bem como as concepções e funções que o livro didático assume e ainda os caminhos que percorre até chegar às mãos de estudantes e professores.

Pela revisão bibliográfica pode-se verificar que o livro didático assume distintas funções enquanto ferramenta de aprendizagem no âmbito da sala de aula (CHOPPIN, 2000), (re)produzindo ideologias que nem sempre coadunam com as dos estudantes e professores, muito embora se constitua enquanto ferramenta mais utilizada para ensinar e para aprender (FALAVINHA, 2013).

Observamos que o PNLD atende a um número considerável de alunos que são beneficiados, de forma que o investimento do governo destinado à aquisição de livros didáticos também é considerado significativo. Por outro lado, o PNLD não executa outras etapas que se destinem a controlar o pós-uso do livro, de forma que a decisão do que ser feito do material advém da escola (FALAVINHA, 2013).

A análise aqui realizada desponta da necessidade de solução frente às problemáticas existentes no âmbito das políticas educacionais, em especial as que envolvem o Programa Nacional do Livro Didático, bem como o próprio livro em uso. Apresentou reflexões no sentido de auxiliar significativamente os profissionais da educação que buscam compreender as relações complexas que se derivam do entrelace entre políticas e prática pedagógica.

REFERÊNCIAS:

APPLE, Michael W. **Política cultural e educação**. Trad. Maria José do Amaral Ferreira. 2ª ed. São Paulo, Cortez, 2001.

BATISTA, A. A. G. **A avaliação dos livros didáticos**: para entender o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). In: ROJO, R. e BATISTA, A. A. G. Livro didático de língua portuguesa, letramento e cultura da escrita. Campinas, Mercado das Letras, 2003, p. 25-67.

BASILLI, C; ROSEMBERG, F; SILVA, P. **Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate**: uma revisão da literatura. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 125-146, jan./jun. 2003.

CHOPPIN, Allain. **Los Manuales escolares de ayer a hoy**: el ejemplo de Francia. Historia de La Educación: Revista Interuniversitaria, Universidade de Salamanca, n.19, p.13-36, 2000.

_____, **História dos livros e das edições didáticas**: sobre o estudo da arte. Revista da Faculdade de Educação da USP. Educação & Pesquisa. São Paulo, 2004.

OLIVEIRA, Lívio Lima de. **A indústria editorial brasileira e o governo federal**: educação e negócios. ECA-USP & FAENAC (Faculdade Editora Nacional). (mimeo). 2006.

FALAVINHA, K. **Livros Didáticos de Língua Portuguesa: escolha, distribuição, uso e discussão sobre os direitos de crianças e adolescentes**. Dissertação. (Mestrado em Educação, Políticas educacionais). Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2013.

FERNANDES, Antonia Terra de Calazans. **Livros didáticos em dimensões materiais e simbólicas**. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.3, p. 531-545, set. /dez. 2004.

FREITAG, Barbara. **O livro didático em questão** / Bárbara Freitag, Valéria Rodrigues Motta, Wanderly Ferreira da Costa. – 3. ed. – São Paulo: Cortez, 1993. (Biblioteca da Educação, Série 8 – Atualidades em educação, v. 3)

FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br> Acesso em 27/12/2012.

GATTI JR, Décio. **Livro didático e ensino de história**: dos anos sessenta aos nossos dias. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC / SP), São Paulo, 1998.

ROSEMBERG, F. **Racismo em livros didáticos brasileiros e seu combate**: uma revisão da literatura

SANTOS, Wellington Oliveira dos. **Relações Raciais, programa nacional do livro didático (PNLD) e livros didáticos de Geografia**. Dissertação (Mestrado em Políticas Educacionais). Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2012.

SILVA, Paulo V. B. **Relações Raciais em Livros Didáticos de Língua Portuguesa**. Tese (Doutorado em Psicologia Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC / SP), São Paulo, 2005, 228p.

_____. Projeto “Racismo e discurso na América Latina”: notas sobre personagens brancas e negras no discurso midiático brasileiro. In: **III Simpósio Internacional sobre Análise do Discurso**. Belo Horizonte, Núcleo de Análise do discurso (NAD) e o Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, 1 a 4 de abril de 2008.